

Afinal, o que há com este tal de Plano Real? Diariamente nos jornais é possível encontrar uma dezena de argumentos contra e a favor, e a maioria, com as exceções de praxe, à sua maneira, numa linha de pensamento coerente.

Há doutos economistas, cientistas políticos e sociólogos tratando do caráter conceitual do novo paradigma brasileira. Da mesma forma, empresários e trabalhadores, debruçados sobre o problema, tentam encontrar a linha de equilíbrio que, ao final das contas, faz parte do seu próprio discurso dos últimos anos.

Bem, parece que com relação à formulação não há dúvidas: o plano foi brilhante, eliminando até agora o mais perverso dos impostos, uma inflação que sempre concentrou renda, levou-nos a viver apenas no curto prazo e incentivou oportunismos de toda a espécie. Como transição, como barreira à inflação inercial, ao realinhamento de preços e troca de padrão monetário, funcionou bastante bem.

Tal ação recolocou nossa economia "a mercado", funcionando portanto na formação de preços. Houve uma consolidação de um novo padrão de expansão, novos processos de reestruturação industrial foram colocados em prática e a expansão competitiva do sistema industrial no contexto internacional foi finalmente concretizada.

O preço disso tudo se deu em duas vertentes. Na industrial, pelo fato de que a globalização da economia inevitavelmente acelera transformações no processo produtivo. Isso, se por um lado nos possibilita melhores preços e nos capacita à competição, por outro cria sérias dificuldades em setores menos preparados para enfrentar esta concorrência ex-



O GOVERNO LANÇOU MÃO DE UM FORTE DESAQUECIMENTO QUE, AGORA ESTÁ PROVADO, FOI MAIOR DO QUE O NECESSÁRIO

terna, criando, com uma política monetária restritiva que garantisse a manutenção de nossas reservas, a primeira vítima fatal, crime ainda por resolver — o emprego.

Preocupado com um excesso de demanda e falta de oferta, aliados a reservas decrescentes, o governo lançou mão de um forte desaquecimento, agora já provado maior do que o necessário. Os juros foram para as alturas e o crédito escasseou. Aliás, estes mesmos juros que seguraram o consumo alavancaram o endividamento exigindo superávits primários inexequíveis.

Em nível privado, a restrição de consumo emperrou a produção, aumentou o custo final, via perda de escala, e engessou o emprego e os investimentos com riscos de futura restrição de oferta.

Em termos públicos, também não se conhece nenhum programa de estabilização em que os gastos tenham se expandido a taxas tão elevadas.

O Estado não vai bem. Há um crescimento do déficit público e do desequilíbrio fiscal. Os gastos com juros cresceram 70% no 1º semestre em relação a igual pe-

ríodo de 94. O custo da dívida superará 5% do PIB, as despesas com pessoal, custeio e investimento, contra as receitas líquidas, são bastante desanimadoras. Como as despesas são certas e as receitas incertas, pois dependem do aquecimento da economia, não há orçamento que acerte.

Usar contudo de expedientes intervencionistas é não aprender com nossa própria história. A lei do mercado é invencível e querer manipulá-la por um tempo excessivo é dar com os burros n'água. Sem nenhum viés neoliberal, o bem-estar da população não resulta do paternalismo do Estado, mas do aumento real de riqueza e sua melhor distribuição.

Da maneira como está, o governo corre o risco de ver a arrecadação tributária experimentar sensível redução, a poupança total diminuir por conta da produção e da renda, e a liquidez aumentar muito pela redução mais do que proporcional na demanda por crédito. O aumento das reservas cambiais obriga ainda a emissão de moeda e títulos com agravamento do déficit do Tesouro.

Eis porque, por conta da estabilidade, é preciso fazer uma ativa política industrial e de mercado de trabalho, apostando no estímulo a investir e na propensão a consumir. Aliado a isto, a melhor ação que o governo pode adotar para evitar tal quadro será minimizar a crise, interrompendo esse processo recessivo, normalizando a liquidez e acelerando as privatizações que colaboram com o fluxo de investimentos diretos que financiam parcela importante do déficit em conta corrente. O consumo nunca será sustentável sem criar inflação, se não houver investimentos. Sem estes, qualquer crescimento econômico é falso. E teremos um maior crescimento, se o mundo continuar a financiar o Brasil.

Como crescimento sustentado depende da taxa de investimento, hoje limitada pela baixa poupança interna e pelo crescimento da dívida interna, é preciso que o Congresso aceite que só o ajuste nas contas públicas e um mínimo de disciplina é que darão o tom da transição definitiva.

Estamos no caminho correto, mas com problemas de operacionalização. Com ajuste fiscal, privatização e o equilíbrio das contas, voltaremos ao círculo virtuoso de produção, consumo, investimento e emprego, podendo desprezar os capitais especulativos tão perigosos e finalmente abandonar este cansativo exercício de opinião, que, definitivamente, demanda bem mais ação do que discursos.

O AUTOR

Horácio Lafer Piva
é diretor da Klobin
e do Deptº de
Pesquisas e Análises
da Fiesp/Ciesp

